

A apropriação das verbas da segurança pública para a campanha eleitoral

Carlos Alberto da Costa Gomes¹

Após anos de total imobilismo em relação ao maior e mais grave entre todos os problemas que afetam a todos os brasileiros, mais que em especial atinge de forma hedionda aos jovens pretos, pobres e da periferia, o governo federal lançou em meados do ano passado um ousado plano: o programa nacional de segurança pública com cidadania – PRONASCI.

Por alguns meses o PRONASCI proporcionou o renascer da esperança. Finalmente podíamos pensar que as diferentes esferas de governo começariam a movimentar-se coordenadamente para, usando as palavras do próprio programa:...a “prevenção, controle e repressão da criminalidade, atuando em suas raízes sócio-culturais, articulando ações de segurança pública com políticas sociais por meio da integração entre União, Estados e Municípios atendidas as diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública”. Parecia o início de uma nova fase em que todos estariam interessados em resolverem uma questão e não, como sempre, culparem uns aos outros.

Nosso país se estruturou em governos municipais, estaduais e o federal, mas confundiu os limites das autoridades e de sua abrangência. Moramos no Município, mas convivemos com instâncias estaduais e mesmo federais que gerem partes dos órgãos e serviços dos quais dependemos. Exemplificando: vivemos no Município, mas a segurança pública é estadual e a legislação da área é da órbita federal. Fica muito fácil imaginar o que acontece, mesmo para qualquer pessoa que nunca tenha estudado o assunto: não existe cooperação e sobram explicações para o mau funcionamento.

Para o Município, a culpa da insegurança cabe ao Estado, que não mobiliza recursos necessários para a “proteção do cidadão”, incluindo-se aí a Justiça falha e lenta, as polícias desaparelhadas, com efetivo reduzido e as prisões superlotadas. Para o Estado a culpa é do Município que não organiza o espaço urbano, nem mesmo a iluminação e circulação para que possa ocorrer alguma espécie de policiamento e por aí vão as inúmeras acusações e culpas.

Mas o pior ainda estava por vir, como dizia meu avô, que Deus o tenha, e veio. Nesta quinta feira próxima passada, os diversos integrantes das comissões que congregavam várias secretarias de estado que trabalhavam o planejamento do programa na Bahia, estupefatos, foram informados que a implementação das ações do PRONASCI caberia ao Município. Imagina-se que quem determinou isso não conhece o Brasil, a estrutura dos estados ou da segurança pública. Evidentemente quem determinou ou tomou esta decisão estava pensando em outra coisa, estava pensando provavelmente nas eleições para as prefeituras, pensando em canalizar para as prefeituras os milhões previstos no PRONASCI, coincidentemente em ano eleitoral....

¹ Coordenador do Observatório de segurança Pública da Bahia